



INCLUSÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL: UM MOVIMENTO PEDAGÓGICO

Jéssica Pereira Nunes¹, Alessandra Alves de Souza Nery².

¹ Graduando em Direito, Faculdade Doctum de Manhuaçu, jessicapereiran2@gmail.com

² Mestre em Educação e Linguagem pela UNEC, alvesnery2006@hotmail.com

Resumo- A inserção de alunos com deficiência intelectual no ensino regular é um dilema que tem de ser enfrentado. Até bem pouco tempo o aluno portador de alguma deficiência estudava em escolas especiais, com professores especializados e tendo o suporte de uma equipe multidisciplinar. Ao serem expostos às mazelas do ensino público, quando políticas vigentes deram prioridade às leis que defendem o direito dessas pessoas, foi perceptível o despreparo para recebê-los, pois estavam acostumados com o modelo de aluno padrão. Apesar de muitos acreditarem que as pessoas com deficiência intelectual têm poucas possibilidades de se desenvolver e aprender formalmente, o objetivo deste é, além de refletir sobre o conceito de deficiência intelectual, sugerir alguns aprimoramentos para a prática pedagógica dos professores do ensino regular, além de maneiras para melhorar o relacionamento desses alunos na escola, na família e também possibilitar uma chance de serem bem sucedidos na sua vida em sociedade.

Palavras-chave: Deficiência intelectual; Inclusão; Escola; Família.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas - Educação.

INTRODUÇÃO

Devido ao crescente número de alunos com deficiência intelectual ingressando no ensino regular, os educadores foram levados a rever suas práticas e concepções sobre o processo de ensino-aprendizagem. Sendo esta situação relativamente recente, têm surgido inúmeras interrogações sobre as possibilidades de desenvolvimento acadêmico desses alunos em turmas regulares, como também qual a ação pedagógica mais adequada para proporcionar uma inclusão e socialização bem sucedida.

Até bem pouco tempo, a educação de alunos com deficiência intelectual acontecia sob a responsabilidade de professores especializados e em uma escola específica para recebê-los, onde tinham apoio de uma equipe multidisciplinar. O ensino público, com todas as suas mazelas é, na maioria das vezes, totalmente despreparado para receber e trabalhar com tais alunos, o que gera polêmica sobre o sucesso ou não da inclusão.

A falsa noção, no imaginário social, de que essas pessoas têm poucas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem, deve ser revista pelos profissionais que irão se relacionar com esses indivíduos, principalmente, pelos da área educacional. Considerando as especificidades e peculiaridades advindas da deficiência intelectual, os conhecimentos e as práticas pedagógicas têm de ser reformuladas e adequadas, para então apresentar estratégias que aprimorem a prática pedagógica, proporcionando um resultado efetivo, boa convivência e a permanência do educando no ensino regular.

Para que o processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual se efetive, é imprescindível que o professor “queira” de fato trabalhar com esse aluno e esteja aberto para recebê-lo. É necessário também que lhe sejam proporcionados capacitação contínua, recursos didáticos apropriados e uma estrutura física adequada na escola, ou seja, uma instituição coerente com uma educação democrática que quebre as barreiras tradicionais que tentam impor a todo o momento quem pode ou não aprender.

REFERENCIAL TEÓRICO

A QUESTÃO DA INCLUSÃO

A realização de uma educação democrática e inclusiva, na busca por um modo de valorizar as diferenças individuais e ao mesmo tempo promover o acesso à escola comum vem sendo muito difundida nos dias atuais. No entanto, é preciso entender a real significância da Educação Inclusiva para aplicar eficientemente estratégias que proporcionem ao deficiente intelectual uma socialização e um ensino satisfatório na escola regular.

De acordo com BEYER (2006, p.73):

A educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, como situação provocadora de interações entre crianças com situações

peçoais as mais diversas. Além dessa interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, propõem-se e busca-se uma pedagogia que se dilate frente às diferenças do alunado. (BEYER 2006, p.73)

Essa visão ampliada do processo de ensino e de aprendizagem proporciona inúmeras interações no universo educacional. Essas diversidades devem ser devidamente respeitadas e trabalhadas, construindo assim, novos referenciais nos quais os deficientes poderão aprender noções e habilidades que ainda lhes são desconhecidos.

A universalização do ensino para os cidadãos levou à implementação da educação inclusiva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) promulgada em 1996, deixa claro que a educação especial perpassa todas as modalidades do ensino convencional.

Respaldados pelo Capítulo V da Lei 9394/96, os deficientes têm direitos dentro de uma instituição regular, os quais devem ser respeitados e executados para uma melhor adaptação e também para vencer possíveis dificuldades na aquisição das competências educacionais. A Lei afirma que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial;

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular;

§ 3º A oferta de educação especial, [...] tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular

capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade;

[...].

A Lei abre leques para que a escola proponha ações cotidianas que facilitem o trabalho do docente e a plena inclusão de pessoas com deficiência intelectual, realizando assim, um sonho de uma escola baseada na incessante busca de qualidade e excelência do ensino.

É importante que todos os profissionais que atuam no contexto escolar e lidam em seu dia-a-dia com uma clientela diversificada se conscientizem de que a escola é um espaço para “todos” e que é fundamental a promoção de uma educação efetiva e de qualidade, observando as especificidades de cada um.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Durante muito tempo, o desenvolvimento cognitivo da pessoa com deficiência intelectual, como também as características e significações dos termos foram muitas vezes explicados erroneamente. Para tentar corrigir tais equívocos, MINAS GERAIS (2006, p.46) definiu deficiência como: “Ser deficiente é não ser capaz, não ser eficaz”. Tal definição ainda deixou a desejar ao afirmar que o deficiente é incapaz de fazer progressos em sua vida, taxando-os como sujeitos que têm poucas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem formal. Outra versão, mostra com riqueza de detalhes o que são e como se portam os deficientes mentais:

Alunos com deficiência mental apresentam um padrão diferenciado de desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor: possuem uma diferença nos processos evolutivos de personalidade; têm dificuldades na capacidade de aprender, na constituição de sua autonomia e nos processos de relação com o mundo, pois sua forma de organização apresenta-se de maneira qualitativamente diferente de seus pares da mesma idade, o que lhe faz peculiar em sua forma de perceber o estar no mundo (MAGALHÃES *apud* GLAT, 2009, p.80).

Com isso pode-se dizer que os alunos com deficiência intelectual possuem retardos e dificuldades que impõe limitações em diversas áreas de sua vida como, por exemplo: comunicação, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, dependência na locomoção,

saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho que resultam em lentidão para aprender; confusão de ideias, falhas de decisão, de interpretação das condições de segurança e de orientação. Mas cabe a nós extinguir alguns mitos que ainda insistem em persistir como, por exemplo, que toda pessoa com deficiência intelectual é doente, morre cedo, precisa usar remédios controlados, é agressiva e perigosa, generalizadamente incompetente, que a escola é apenas um lugar para se socializar, ou ainda, que elas não possam ter uma vida afetiva e/ou profissional.

É mister ressaltar que essas pessoas dentro de suas especificidades são capazes de se desenvolver e ter uma vida em sociedade. Portanto, cabe a todos os indivíduos permitir e colaborar para que isso aconteça, através de ações e atitudes que tornem possível de fato a inclusão social.

PLANEJAR COM PRECISÃO IMPLICA ADEQUAÇÃO

Uma das formas de proporcionar acesso, bem como garantir o atendimento aos deficientes intelectuais no contexto comum de ensino, é através do Projeto Político Pedagógico (PPP). Este deve ser elaborado refletindo profundamente sobre as finalidades da escola e seu papel social, traçando caminhos democráticos para atender todo tipo de aluno, deixando de ser meramente um documento contendo regras e conteúdos disciplinares que normalmente fica dentro de gavetas sem ser exercido.

Com tal diversidade de alunos dentro das turmas regulares, é necessário ter uma visão crítica do que está sendo exigido de cada aluno. Embora os objetivos educacionais básicos para todos os alunos possam continuar sendo os mesmos, a partir do momento em que é incluído nessa sala um deficiente intelectual, os objetivos específicos da aprendizagem curricular podem precisar ser individualizados para serem adequados às necessidades, às habilidades, aos interesses e às competências singulares de cada aluno.

Para que a inclusão escolar seja bem sucedida, atendendo as necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência intelectual, deve haver um planejamento flexível. As diferentes variáveis para determinar e avaliar a intensidade dos suportes necessários para favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento global desses alunos em classes regulares também deve ser revisto e adaptado a cada dia, como afirma (GLAT, 2009, p.89):

“Não há teorias que se apliquem imediatamente à prática, nem receitas

pedagógicas prontas para serem utilizadas com sucesso, a todos os alunos que apresentem deficiência mental. O professor terá que valorizar seu próprio saber e criatividade, contando, sempre que necessário, com supervisão ou suporte para o seu trabalho.”

O professor deverá estar atencioso para reconhecer os conhecimentos prévios de que esses alunos dispõem, as necessidades educacionais apresentadas e, a partir desses dados, elaborar formas alternativas de ensinar, respondendo às especificidades observadas.

Durante esse processo de ensino aprendizagem em uma turma inclusiva, o professor precisa adotar uma postura flexível e criativa, porque esses alunos podem exigir, por exemplo, a utilização de diferentes tipos de linguagem. O educador deve explicitar os conteúdos ao aluno de forma visual e auditiva, usando recursos ilustrativos e concretos de modo que o aluno possa compreender e significar conceitos básicos. O professor também não deve avaliar esse aluno através de suas expectativas. Ele terá que observar as capacidades individuais à luz das atividades curriculares do grupo de colegas da classe e com base nos processos cognitivos esperados, avaliar valorizando os diferentes caminhos percorridos por todos os alunos, principalmente aquele aluno que está iniciando suas investidas na vida acadêmica e que precisa de motivação para continuar.

É imprescindível que o ensino seja gradual, e de certa forma redundante, ensinando de diferentes formas o mesmo conteúdo, a repetição é uma excelente forma para uma melhor fixação, o nível de complexidade da atividade deve ser adequado ao desenvolvimento cognitivo do deficiente, para uma melhor compreensão por parte deles, (COLL, MARCHESI, PALACIOS et al, 2004, p.207) propõem que:

Do mesmo modo que as demais pessoas, aquelas que têm deficiência mental aprendem sem necessidade de ter consciência disso, mas aprendem melhor, com menos erros, mais depressa, com “sobre aprendizagem” quando o fazem conscientes dos procedimentos que utilizam e quando “monitoram” seu processo e seus resultados, o que é possível em níveis de deficiência leve e, inclusive, moderada (COLL< MARCHESI< PALACIOS et al, 2004, p.207).

Além de estratégias metodológicas empregadas pelo professor regente da turma

regular, o aluno com deficiência intelectual deve dispor, caso necessário, de suporte pedagógico especializado como a sala de recursos e/ou um professor itinerante, treinamentos para ingressar no mercado de trabalho, e para indivíduos com maior grau de comprometimento é necessário ser constante o apoio de uma equipe multiprofissional.

Por outro lado, dois outros aspectos são fundamentais para o sucesso da inclusão desses alunos no ensino regular: a participação ativa da família e a aceitação das diferenças pelo grupo em que ele está inserido. Portanto, a aprendizagem precisa estar voltada para o desenvolvimento das funções que ajudem o aluno especial a superar suas dificuldades, a formar uma concepção do mundo e, a partir dela, a adquirir conhecimentos para o entendimento das suas relações com a vida em sociedade.

METODOLOGIA

Unidade de Análise

A pesquisa de campo foi realizada com professores que lecionam para o ensino fundamental e que possuem em suas salas, alunos portadores da deficiência intelectual. A unidade de ensino Escola Estadual Maria de Lucca Pinto Coelho, situada em Manhuaçu – MG, que oferece aos moradores dos bairros próximos o ensino fundamental e médio, além de trabalhar com alguns tipos de deficientes, foi selecionada para ser objeto de pesquisa.

A preocupação com a boa adaptação dos deficientes está em todos os membros do corpo docente, mas os profissionais que passam a maior parte do tempo com eles são os professores. Sendo assim, eles foram escolhidos como sujeitos de pesquisa, pois têm um maior envolvimento no âmbito educacional.

Tipo de Pesquisa

A pesquisa feita é qualitativa, do tipo estudo de caso, tendo como base a entrevista estruturada, aplicada a gestores da educação regular com alunos portadores da deficiência intelectual em sua sala. Além de observações, reclamações e sugestões, analisa-se a parte do processo educacional praticado pelos seus principais colaboradores, os professores.

Caracterização da Amostra e Coleta de Dados

Foram coletados os dados por meio da pesquisa de campo, para se chegar ao objetivo final, ou seja, resultados concretos e verídicos sobre os desafios que o professor enfrenta perante essa nova situação, e como deverá trabalhar com esses alunos para inseri-los no processo educativo e ainda sim desempenhar

eficientemente o seu trabalho para com o restante da turma.

A pesquisa foi feita através de entrevistas estruturadas, aplicadas aos professores e realizada na escola. Por parte de alguns professores, foi encontrada certa resistência em responder às entrevistas e outros não aceitaram ser entrevistados. Entretanto, o problema deste projeto de pesquisa foi respondido com base nos dados coletados nas entrevistas concedidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para detectar quais os problemas que professores da rede regular de ensino enfrentam ao se depararem com a inserção dos deficientes intelectuais nas salas de aula, sem uma reestruturação física e também uma preparação antes da inclusão, foi realizada a presente pesquisa cujos dados obtidos serão relatados.

A entrevista foi feita *in loco*, na Escola Estadual Maria de Lucca Pinto Coelho. Os professores escolhidos foram aqueles que possuem em sala de aula, alunos portadores da deficiência intelectual. Eles responderam a uma entrevista desenvolvida a partir de uma relação fixa de perguntas. Foi possível, através desta pesquisa, alcançar o objetivo primordial deste trabalho.

A inclusão dos deficientes intelectuais nas escolas da rede regular de ensino é totalmente válida, é um processo longo e demorado que ainda está em fase inicial para muitos e é imprescindível o envolvimento, interesse e boa vontade dos profissionais que atuam com esses alunos para que haja uma evolução nesse processo e que todos se beneficiem, principalmente o aluno. É necessário que a sociedade ajude a cumprir com os direitos que são garantidos por lei, de que todos os seres humanos têm direito à educação. No entanto, deve haver uma preparação prévia da escola tanto em estrutura física, em recursos didáticos, quanto na capacitação para os professores que irão trabalhar com esses alunos.

Foram diversos os tipos de reações que os professores tiveram frente a esta situação desde o tempo em que começaram a trabalhar com esses alunos. Uns gostam do desafio e mesmo com a falta de recursos, salas muito cheias, falta de tempo para trabalhar especificamente com eles, acabaram se adaptando e conseguindo o bom desempenho, o esforço e o carinho desses alunos. Outros, pelo contrário, se sentiram impotentes perante a essa situação, pois sendo o primeiro contato com esses alunos, ficaram sem saber como lidar com o novo sem antes ter tido uma preparação adequada.

A escola escolhida como objeto de pesquisa possui uma profissional capacitada para trabalhar com esses alunos, a professora do AEE. Neste

atendimento, os alunos portadores de deficiência comparecem na escola no contraturno para receber o apoio especializado na sala de recursos. Apesar de alguns professores ainda não conhecerem esse serviço, outros já buscam auxílio para saber como trabalhar com tão pouco recurso que lhes é disponibilizado, isso quando tem algum. Não é oferecido aos professores capacitação para exercer o trabalho, o professor deve buscar conhecimento de forma independente ou grupal, havendo assim a troca de experiências.

A família é de suma importância para o desenvolvimento do aprendizado do aluno, pois os pais conhecem a personalidade de seus filhos e sabem como lidar com situações que possam vir a acontecer, além disso, a participação da família ativamente no processo educativo proporciona um melhor aprendizado e uma melhor socialização desses indivíduos no contexto escolar.

Com relação à evolução deste aluno no processo ensino-aprendizagem, à capacidade cognitiva, à socialização, desde o primeiro contato professor/aluno foram observadas mudanças significativas, apesar de ainda existirem problemas quanto a algumas brincadeiras de mau gosto feitas pelos colegas de classe e de seu desenvolvimento cognitivo demandar mais tempo do que os outros alunos.

Portanto, com base nos dados colhidos é possível saber que a escola ainda não está totalmente preparada para trabalhar com tais alunos, mas faz-se necessário um real esforço por parte de educadores e funcionários para buscar capacitação, exigir transformações tanto físicas, psicológicas, quanto de recursos à Secretaria de Estado de Educação (é importante ressaltar, que esporadicamente são oferecidos cursos de capacitação para os profissionais da área), além de meios para tornar a inclusão um processo mais rápido e eficaz, beneficiando alunos portadores da deficiência intelectual e todos os demais.

CONCLUSÃO

Neste momento de reflexão, podemos constatar que ainda existem pontos a melhorar na área da educação inclusiva. É nosso dever assumir o compromisso de que não é apenas a escola a única responsável pela inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. A inclusão requer uma participação de todos, ou seja, sociedade, família, escola e professores.

No Brasil, pesquisas apontam um alto nível de desigualdade social, isso de certa forma, acaba influenciando a inclusão escolar, acarretando o preconceito da sociedade em relação às pessoas com deficiência intelectual. Eles muitas vezes são vistos como incapazes de acompanhar uma turma regular, ou até mesmo de se socializarem.

Portanto, todo cidadão precisa se comprometer e lutar para que se promova uma sociedade igualitária, onde os valores humanos sejam respeitados, indiferentemente das necessidades especiais que cada indivíduo possa ter.

REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. R.(Org.). Inclusão e escolarização múltiplas perspectivas. Porto alegre: Mediação, 2006.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. et all. Desenvolvimento psicológico e educação (Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais). 7. ed., v.3, Porto alegre: Artmed, 2004.

GLAT, Rosana (Org.). Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar. In.: FONTES, Rejane S. et all (Orgs.). Estratégias pedagógicas para a inclusão de alunos com deficiência mental no ensino regular. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394. Brasília: Senado Federal, 1996.

MAGALHÃES, E. O atendimento à criança com retardo mental. Revista Souza Marques, v.1, nº 6, Rio de Janeiro, 2000.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Educação. Projeto Incluir: Caderno de textos para Formação de Professores da Rede Pública de Ensino de Minas Gerais, v.2, Belo Horizonte, 2006.

STAINBACK, Susan; SATINBACK, William. Inclusão: Um guia para educadores. Porto alegre: Artmed, 1999.